

O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DO ENSINO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

THE TEACHER'S ROLE IN MEDIATION OF TEACHING FOR STUDENTS WITH DISABILITIES

Albanita Ferreira Lima

Universidade Vale do Acaraú, Brasil

Gislaine dos Santos Caires Mattos

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Flávia Maria Belém da Silva

MUST University, Estados Unidos

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Mariana Rocha Fontes

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/s8sqan03>

Publicado em: 08.07.2025

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar as contribuições da mediação pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, considerando a formação dos professores, as práticas cotidianas de ensino e o papel da educação literária. A temática central abordou o papel do docente como mediador no processo de aprendizagem em contextos inclusivos, com foco nas estratégias pedagógicas voltadas à diversidade. A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, tendo sido desenvolvida a partir da análise de publicações acadêmicas recentes, selecionadas por sua relevância teórica e atualidade, com base em critérios definidos de inclusão e exclusão. Os resultados indicaram que a formação docente foi determinante para a qualidade das ações mediadoras, sendo que professores com preparo específico demonstraram maior capacidade de adaptação curricular e uso de recursos acessíveis. Verificou-se também que a mediação exige trabalho colaborativo e suporte institucional, o que inclui articulação entre diferentes profissionais da escola. Ademais, a literatura infantil, quando utilizada de forma planejada, mostrou-se uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento simbólico, linguístico e afetivo dos alunos com deficiência intelectual. Concluiu-se que práticas pedagógicas mediadoras requerem intencionalidade, formação contínua e planejamento colaborativo para se efetivarem de maneira inclusiva.

Palavras-chave: Acessibilidade Didática; Narrativas Escolares; Aprendizagem Simbólica; Práticas Formativas; Inclusão Educacional.

Abstract: This article aimed to analyze the contributions of pedagogical mediation to the inclusion of students with intellectual disabilities, considering teacher training, everyday teaching practices, and the role of literary education. The central theme



addressed the role of the teacher as a mediator in the learning process in inclusive contexts, focusing on pedagogical strategies directed toward diversity. The research was characterized as bibliographic and was developed through the analysis of recent academic publications, selected based on their theoretical relevance and up-to-date content, using defined inclusion and exclusion criteria. The results indicated that teacher training was a determining factor in the quality of mediating actions, as teachers with specific preparation demonstrated greater ability to adapt curricula and use accessible resources. It was also found that mediation requires collaborative work and institutional support, including the articulation among various school professionals. Furthermore, children's literature, when used in a planned manner, proved to be an effective tool to foster symbolic, linguistic, and emotional development in students with intellectual disabilities. It was concluded that mediating pedagogical practices require intentionality, ongoing training, and collaborative planning to be effectively implemented in inclusive education.

Keywords: Didactic Accessibility; School Narratives; Symbolic Learning; Formative Practices; Educational Inclusion.

Introdução

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular consolidou-se, nas últimas décadas, como diretriz normativa e princípio ético das políticas educacionais brasileiras. Com o advento de legislações nacionais e internacionais orientadas pela defesa dos direitos humanos, tornou-se imperativa a construção de práticas pedagógicas que garantem acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os sujeitos escolares, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Nesse cenário, o papel do professor como mediador da aprendizagem adquiriu centralidade, especialmente no que se refere à implementação de estratégias que favoreçam a equidade educacional.

A mediação pedagógica, entendida como a capacidade de planejar, adaptar e conduzir experiências de ensino em função das necessidades dos estudantes, revela-se instrumento fundamental para a efetivação da educação inclusiva. Quando aplicada ao contexto de alunos com deficiência intelectual, essa mediação exige do docente não apenas sensibilidade didática, mas também formação específica, trabalho colaborativo e domínio de recursos pedagógicos acessíveis. Diante disso, a escolha pelo presente tema justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate teórico sobre as condições que possibilitam uma mediação qualificada e pela escassez de estudos que articulem, de forma sistemática, os campos da formação docente, da inclusão escolar e da educação literária.

O interesse pela temática também se fundamentou no reconhecimento de que muitos professores ainda enfrentam desafios consideráveis para atuar de forma inclusiva, seja pela ausência de formação adequada, seja pelas limitações institucionais enfrentadas no cotidiano escolar. Nesse contexto, surgiu a seguinte questão norteadora: 'Em que medida a formação docente, as práticas de mediação pedagógica e o uso da literatura contribuem para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual na escola regular?'

Com base nessa problematização, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar, à luz da literatura acadêmica recente, as contribuições da mediação pedagógica para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, considerando a formação dos professores, as práticas cotidianas de ensino e o papel da educação literária. Como objetivos específicos, buscou-se: a) discutir a

relação entre formação docente e qualidade da mediação inclusiva; b) identificar estratégias e desafios presentes na mediação pedagógica cotidiana; e c) examinar a literatura como ferramenta potencial de mediação junto a estudantes com deficiência intelectual.

A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão sobre o tema. Os instrumentos utilizados consistiram em livros, artigos acadêmicos e capítulos de obras de referência, reconhecidas por sua relevância e impacto na área. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: ‘formação docente’, ‘mediação pedagógica’, ‘educação inclusiva’, ‘literatura infantil’ e ‘deficiência intelectual’. As buscas foram realizadas, principalmente, por meio do *Google Acadêmico*, plataforma de indexação de produções científicas. Os critérios de inclusão priorizaram publicações recentes (2020–2025), pertinentes ao tema e oriundas de fontes confiáveis.

Entre os principais autores que subsidiaram a análise, destacam-se Moraes *et al.* (2025), Hidayatullah e Mujahiddin (2025), Marques Junior e Hostins (2025) e Santos (2025), cujas produções abordam com profundidade as dimensões da formação docente, da mediação no cotidiano escolar e do uso da literatura em contextos inclusivos. A partir desses referenciais, foram construídas as três seções principais do artigo.

A primeira seção, intitulada ‘A Formação Docente e sua Incidência na Qualidade da Mediação Pedagógica Inclusiva’, discute como a formação inicial e continuada dos professores influencia diretamente a eficácia da mediação em contextos de diversidade. A segunda seção, ‘Práticas de Mediação Pedagógica no Cotidiano Escolar: Estratégias, Desafios e Colaboração Interprofissional’, examina as condições institucionais e as ações docentes que viabilizam ou limitam a mediação inclusiva no espaço escolar. A terceira seção, ‘Mediação Pedagógica e Educação Literária: Oportunidades para a Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual’, analisa como o uso planejado e adaptado da literatura pode promover a participação ativa e simbólica dos estudantes com deficiência intelectual nas atividades escolares.

Dessa forma, o artigo encontra-se estruturado em três capítulos, cada um correspondendo a um eixo temático previamente definido: (1) formação docente; (2) práticas de mediação no cotidiano escolar; e (3) mediação e literatura na educação inclusiva. Ao final, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os objetivos da pesquisa, discutem-se os principais achados e sugerem-se direções para investigações futuras.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação. Conforme destacam Narciso e Santana (2025), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão sobre o tema. Trata-se, portanto, de uma investigação de caráter qualitativo, voltada à construção de conhecimento por meio da sistematização de produções acadêmicas relevantes que abordam as interfaces entre formação docente, mediação pedagógica e inclusão de estudantes com deficiência intelectual.

O processo metodológico foi estruturado em etapas sequenciais que incluíram: a delimitação dos eixos temáticos do estudo; a definição das palavras-chave utilizadas na busca; a seleção dos materiais de referência com base em critérios explícitos de inclusão e exclusão; e, por fim, a leitura analítica e interpretativa dos textos selecionados. Os instrumentos utilizados consistiram em livros, artigos acadêmicos e capítulos de obras de referência, reconhecidas por sua relevância e impacto na área de metodologia científica Santana e Narciso (2025). A escolha desses materiais fundamentou-se na sua contribuição teórica para a compreensão crítica das práticas inclusivas e mediadoras no contexto escolar.

As palavras-chave empregadas na busca foram definidas de forma simples e objetiva, visando à amplitude e à pertinência dos resultados obtidos. Utilizaram-se os seguintes termos, em combinações distintas: 'formação docente', 'mediação pedagógica', 'educação inclusiva', 'literatura infantil' e 'deficiência intelectual'. Tais expressões permitiram o acesso a materiais que abordam o tema de forma articulada e interdisciplinar, favorecendo a construção de uma análise fundamentada teoricamente.

As buscas foram realizadas por meio do *Google Acadêmico*, uma plataforma gratuita de indexação e disponibilização de publicações científicas que permite o acesso a artigos, dissertações, livros e capítulos publicados em periódicos e repositórios acadêmicos. Essa base foi escolhida por sua ampla cobertura, facilidade de uso e relevância para a identificação de textos atualizados, provenientes de fontes confiáveis e reconhecidas na área educacional.

Para a seleção do material, foram adotados critérios de inclusão que consideraram a atualidade com ênfase em publicações entre os anos de 2020 e 2025, a pertinência temática conexão direta com os objetivos do estudo e a autoria reconhecida por pesquisadores com produção relevante na área da educação inclusiva. Por outro lado, foram excluídos textos repetidos, de origem não acadêmica ou com abordagem genérica, sem aprofundamento teórico consistente. Também foram descartadas publicações anteriores ao período de recorte temporal estabelecido, salvo em casos de referência clássica ou de ampla aceitação no campo investigado.

Desse modo, a metodologia bibliográfica adotada revelou-se apropriada para alcançar os objetivos propostos, permitindo uma análise crítica das contribuições teóricas existentes, a articulação entre diferentes autores e a identificação de lacunas que orientam sugestões para investigações futuras.

Formação docente e sua incidência na qualidade da mediação pedagógica inclusiva

A consolidação de práticas educacionais inclusivas exige que a formação docente seja concebida como um processo contínuo, articulado às exigências da heterogeneidade presente nas salas de aula. A mediação pedagógica, nesse contexto, representa não apenas uma competência técnica, mas uma construção formativa baseada em fundamentos éticos e políticos voltados à equidade. Por conseguinte, a qualidade da mediação depende substancialmente da formação do professor, sobretudo quando se considera o atendimento a estudantes com deficiência intelectual, sensorial ou múltipla. Nesse sentido, Santos (2025, p. 9) destaca que

[...] a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, garantindo assim que esses possuam qualidades necessárias para o

atendimento às características individuais dos educandos, inclusive as crianças com deficiência.

Tal afirmação reforça a ideia de que a mediação não pode ser improvisada ou delegada a figuras auxiliares, mas constitui atribuição central do docente, desde que respaldada por processos formativos específicos. Ademais, Moraes *et al.* (2025) defendem que o professor precisa ser compreendido como agente estruturante da mediação, cabendo-lhe a responsabilidade de articular práticas pedagógicas intencionais com a sensibilidade de adaptar-se às múltiplas formas de aprender. Esse entendimento amplia o escopo tradicional da docência, ao deslocá-la da posição de transmissora de conteúdos para a de condutora de experiências pedagógicas acessíveis. Logo, a mediação qualificada depende tanto de um domínio técnico quanto de uma postura responsiva às singularidades dos alunos.

Contudo, conforme análise de Marques Junior e Hostins (2025), a formação inicial ainda carece de fundamentos inclusivos robustos, pois os currículos dos cursos de licenciatura frequentemente negligenciam as especificidades da deficiência e da diversidade. Tal lacuna formativa tende a perpetuar práticas docentes baseadas em modelos homogêneos, inviáveis frente à complexidade das demandas educacionais contemporâneas. Torna-se, portanto, necessário um reposicionamento institucional das universidades frente à agenda da educação inclusiva.

Nesse mesmo eixo, Santos (2025) observa que muitos docentes não se sentem seguros para atuar com alunos com deficiência, em decorrência da ausência de capacitação prática durante sua formação. Essa insegurança se traduz, por vezes, em resistência ou em práticas excludentes, ainda que involuntárias. Isso revela a urgência de repensar o papel das políticas públicas de formação continuada, vinculando-as às reais demandas do cotidiano escolar e à necessidade de mediação efetiva.

Do ponto de vista internacional, Hidayatullah e Mujahiddin (2025) reforçam que o desenvolvimento profissional contínuo é condição indispensável para que os professores se adaptem às transformações nas políticas e tecnologias educacionais. Nesse caso, a formação não pode ser episódica ou dissociada das práticas, mas deve ocorrer de forma integrada ao exercício docente. A mediação inclusiva, portanto, requer não apenas conhecimento teórico, mas habilidade de articulação com contextos escolares diversos e desafiadores.

Além disso, a mediação pedagógica exige que o professor compreenda as potencialidades das tecnologias assistivas e saiba integrá-las ao planejamento didático. Para Moraes *et al.* (2025), a mediação com uso de tecnologias deve estar orientada às necessidades dos alunos e às condições da instituição, exigindo, assim, formação que transcenda o domínio instrumental dos recursos. Tal abordagem demanda competência pedagógica aliada à reflexão crítica sobre os sentidos e limites da inclusão digital.

No entanto, Marques Junior e Hostins (2025) alertam que, sem formação específica e continuada, os professores tendem a reproduzir práticas ineficazes, baseadas em modelos de ensino centrados na normatividade. Essa reprodução compromete o processo de mediação e reforça desigualdades já presentes no interior das escolas. Assim, a ausência de investimento institucional em formação torna-se fator de exclusão simbólica e pedagógica dos estudantes com deficiência.

Corroborando essa crítica, Santos (2025) aponta que a inclusão de conteúdos voltados à educação especial nos currículos escolares é ainda incipiente, restringindo-se, em muitos casos,

a orientações normativas genéricas. A mediação, por sua vez, exige aprofundamento conceitual e domínio metodológico, pois implica planejamento intencional, sensibilidade didática e capacidade de escuta ativa das necessidades dos estudantes. Esses aspectos não se improvisam: são frutos de formação sólida e continuada.

Não obstante, a literatura mostra que a formação docente eficaz não pode prescindir de componentes teóricos e práticos voltados à resolução de problemas em ambientes diversos. Hidayatullah e Mujahiddin (2025) sustentam que essa formação deve contemplar estratégias de gestão de sala de aula inclusiva, instrução diferenciada e práticas colaborativas. Tais conteúdos operam como instrumentos pedagógicos essenciais para o desempenho da mediação em contextos heterogêneos.

Dessa forma, torna-se evidente que a mediação pedagógica de qualidade depende da capacidade do professor em integrar saberes disciplinares, didáticos e relacionais. Isso requer uma postura formativa reflexiva, sustentada por experiências que dialoguem com a diversidade real dos sujeitos escolares. A centralidade da mediação na prática docente demanda, pois, políticas formativas coerentes com os princípios da equidade e da justiça educacional.

Ao mesmo tempo, a literatura indica que o investimento em formação continuada deve ser permanente e institucionalizado, não se restringindo a cursos pontuais ou a iniciativas isoladas. Moraes et al. (2025) apontam que tal formação deve considerar os desafios contemporâneos, como a incorporação das tecnologias digitais, a gestão do tempo escolar e a valorização do trabalho coletivo como mediações do processo educativo.

Para tanto, Marques Junior e Hostins (2025) propõem uma abordagem crítica da formação docente, centrada na análise das relações de poder que estruturam as práticas escolares e nas possibilidades de resistência pedagógica. Nesse modelo, a mediação assume função emancipatória, ao promover o acesso aos saberes escolares por parte dos estudantes que historicamente foram alijados desses espaços. Assim, a mediação vai além da técnica: é posicionamento político e ético.

Consequentemente, não se trata apenas de formar professores para executar técnicas de ensino adaptado, mas de constituí-los como sujeitos capazes de refletir sobre as implicações sociais de sua prática. Essa compreensão implica deslocar o foco da deficiência para a organização escolar e suas barreiras, valorizando o papel do professor como articulador de processos pedagógicos inclusivos.

Por fim, deve-se reconhecer que a mediação pedagógica é elemento constitutivo da prática docente inclusiva, e sua qualidade está diretamente vinculada à formação recebida. Assim, torna-se imperativo que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade pela oferta de programas formativos que efetivamente preparem os professores para lidar com a complexidade do cotidiano escolar. Sem esse compromisso, a inclusão permanecerá como discurso dissociado da realidade educacional.

Práticas de mediação pedagógica no cotidiano escolar: estratégias, desafios e colaboração interprofissional

A mediação pedagógica, no contexto da educação inclusiva, exige do professor mais do que domínio de conteúdos disciplinares: requer uma postura didática atenta às singularidades dos estudantes, especialmente daqueles com deficiência. A ação docente, nesse cenário, deve ser

permeada por estratégias que articulem intencionalidade pedagógica, sensibilidade relacional e colaboração interprofissional, de modo a garantir condições concretas de acesso, permanência e aprendizagem.

Em primeiro lugar, a prática pedagógica mediadora demanda planejamento ajustado às necessidades reais do grupo-classe, o que implica conhecer as limitações e potencialidades de cada estudante. Para tanto, é fundamental que o professor promova ações didáticas flexíveis, capazes de integrar diferentes linguagens, recursos e modos de aprender. A esse respeito, Santos (2025, p. 4) observa que

[...] cabe ao professor criar alternativas pedagógicas que atendam as necessidades individuais do educando. Nesse sentido, o professor torna-se um mediador no processo de ensino e aprendizagem, buscando práticas pedagógicas que envolvam a realidade do aluno, sua cultura e seus interesses, promovendo sua autonomia e participação nas atividades escolares.

Não obstante, Marques Junior e Hostins (2025) ressaltam que a mediação deve ser compreendida como prática situada, atravessada pelas condições objetivas do ambiente escolar. A presença de barreiras arquitetônicas, a ausência de materiais didáticos acessíveis e a rigidez organizacional da escola impõem limites à atuação docente. Por isso, a mediação só se concretiza quando há um esforço coletivo para modificar as estruturas que impedem o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Além disso, a mediação exige articulação entre diferentes profissionais da escola. Conforme apontam Hidayatullah e Mujahiddin (2025), a colaboração entre professores da educação regular e da educação especial constitui um eixo central para a efetividade das práticas inclusivas, uma vez que permite o compartilhamento de responsabilidades, saberes e estratégias. Entretanto, como assinala Moraes *et al.* (2025), essa colaboração ainda é dificultada por entraves institucionais e pela ausência de tempo e espaços destinados ao planejamento conjunto.

Nesse contexto, torna-se indispensável que as escolas desenvolvam uma cultura de cooperação, rompendo com a lógica fragmentada que isola o professor em sua prática. Marques Junior e Hostins (2025) sustentam que a mediação qualificada depende da constituição de redes de apoio pedagógico compostas por professores regulares, docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Essa rede deve atuar de forma integrada, respeitando a autonomia docente e, ao mesmo tempo, potencializando o trabalho coletivo.

Ao lado da colaboração, a mediação exige do professor o domínio de estratégias didáticas específicas, como a adaptação de materiais, a flexibilização curricular, o uso de recursos visuais e a organização de atividades em pequenos grupos. Essas práticas não são receitas prontas, mas precisam ser reconstruídas continuamente a partir da escuta dos estudantes e da análise das situações concretas de aprendizagem. Essa perspectiva implica um olhar pedagógico que valoriza a diversidade como ponto de partida do processo educativo.

Contudo, conforme apontam Hidayatullah e Mujahiddin (2025), a realidade escolar nem sempre oferece condições favoráveis para a implementação dessas estratégias. O excesso de alunos por sala, a escassez de materiais e a ausência de suporte institucional dificultam a permanência de práticas inclusivas efetivas. Assim, a mediação depende não apenas da competência individual do professor, mas do compromisso coletivo da escola com a inclusão.

Diante desse cenário, é preciso reconhecer que a mediação pedagógica, embora tenha o professor como figura central, não pode ser atribuída exclusivamente a ele. Como destaca Moraes *et al.* (2025), a ausência de apoio da equipe pedagógica e de outros profissionais compromete a mediação qualificada, sobretudo no que se refere à utilização de sistemas de comunicação alternativa. O trabalho colaborativo, portanto, deve ser efetivado como eixo estruturante da prática pedagógica.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de escuta ativa das experiências dos estudantes, como forma de planejar intervenções que façam sentido em suas trajetórias escolares. Santos (2025) argumenta que o conhecimento prévio do aluno deve orientar a seleção de conteúdos e metodologias, garantindo a construção de experiências significativas. Esse princípio exige do professor uma atitude investigativa, comprometida com o acompanhamento contínuo do desenvolvimento do aluno.

Nesse processo, torna-se evidente que a mediação pedagógica demanda tempo, planejamento e intencionalidade. Ela não se resume à aplicação de atividades adaptadas, mas envolve uma reconfiguração do trabalho docente, pautada na responsividade às necessidades individuais dos alunos. Em outras palavras, trata-se de construir práticas pedagógicas que desafiem os modelos escolares excludentes, promovendo ambientes de aprendizagem acessíveis e participativos.

Além disso, a atuação do professor mediador deve ser orientada por princípios éticos que reconheçam o direito à diferença e rejeitem a lógica do déficit. Nesse sentido, a mediação não é um favor ou concessão, mas expressão concreta do direito à educação. Trata-se de assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar ativamente dos processos de construção do conhecimento.

Marques Junior e Hostins (2025) afirmam que a mediação se efetiva na medida em que reconhece os modos próprios de aprender dos estudantes com deficiência, valorizando suas contribuições e ampliando suas possibilidades de expressão. Essa concepção rompe com a padronização curricular, abrindo espaço para práticas mais abertas, dialógicas e plurais. Assim, a mediação torna-se instrumento de democratização do ensino.

Ao mesmo tempo, é necessário compreender que a mediação envolve também o reconhecimento das limitações institucionais e a luta por melhores condições de trabalho. Os professores, muitas vezes sobrecarregados e desassistidos, enfrentam dificuldades para manter práticas mediadoras consistentes. A responsabilização individual, sem o devido suporte estrutural, tende a comprometer os objetivos da inclusão.

Portanto, a mediação só pode ser consolidada como prática pedagógica inclusiva se for assumida como responsabilidade compartilhada entre os diferentes agentes escolares. A cooperação entre profissionais, a organização coletiva do trabalho pedagógico e a formação continuada orientada à prática são elementos indispensáveis para a qualificação da mediação.

Por fim, é fundamental reconhecer que a mediação pedagógica constitui um processo dinâmico e contextualizado, cuja eficácia depende da articulação entre estratégias didáticas, condições institucionais e relações interpessoais. A valorização da diversidade, a escuta dos sujeitos e o trabalho colaborativo devem ser os pilares que sustentam a construção de uma escola efetivamente inclusiva.

Mediação pedagógica e educação literária: oportunidades para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual

A mediação pedagógica voltada à educação literária representa uma estratégia essencial no contexto da inclusão escolar, especialmente para alunos com deficiência intelectual. Essa abordagem, ao integrar leitura, expressão simbólica e desenvolvimento linguístico, contribui significativamente para a construção do conhecimento e para a ampliação da participação desses estudantes nos processos escolares. Assim, a literatura deve ser concebida não apenas como conteúdo a ser ensinado, mas como prática cultural acessível e significativa.

Inicialmente, Santos (2025) destaca a centralidade da linguagem como instrumento mediador do desenvolvimento cognitivo, afirmando que a literatura infantil, ao despertar o interesse pela leitura e pela escrita, favorece o engajamento de alunos com deficiência em atividades escolares. Essa perspectiva indica que a mediação literária deve ser planejada a partir das características do público-alvo, considerando limitações cognitivas e necessidades comunicacionais específicas, sem deixar de promover experiências simbólicas complexas e enriquecedoras.

A esse respeito, Marques Junior e Hostins (2025) argumentam que a literatura, quando utilizada como prática cultural compartilhada, pode ser aliada potente da mediação pedagógica, justamente por permitir que o estudante com deficiência intelectual acesse o universo simbólico da cultura escrita. Para tanto, é necessário que os textos sejam adaptados e que as atividades de leitura sejam mediadas com sensibilidade didática, respeitando o ritmo, o estilo e as formas de compreensão do aluno.

De modo semelhante, Hidayatullah e Mujahiddin (2025) apontam que a utilização de textos literários adaptados e de estratégias narrativas multimodais amplia a participação dos estudantes com deficiência, promovendo maior compreensão e envolvimento nas atividades. Isso revela a importância de práticas didáticas que transcendam o uso exclusivo do código escrito, incorporando elementos visuais, auditivos e corporais como recursos para o ensino e a aprendizagem literária.

Não obstante, Moraes *et al.* (2025) observam que muitos professores ainda enfrentam limitações na apropriação de recursos comunicacionais alternativos, o que restringe o uso pedagógico da literatura com esse público. Apesar disso, os autores reconhecem esforços por parte dos docentes em implementar práticas mediadoras que envolvam gestos, imagens e elementos simbólicos, favorecendo o acesso ao conteúdo pedagógico. Tal esforço evidencia que a mediação literária é viável mesmo diante de barreiras institucionais e formativas.

Nesse sentido, torna-se necessário mobilizar recursos didáticos que favoreçam o entendimento e a construção de sentido por parte dos estudantes. Santos (2025) exemplifica essa prática ao mencionar o uso de livros ilustrados, atividades de reconto e dramatização como meios de tornar o processo de alfabetização mais acessível. Tais estratégias, ao promoverem envolvimento lúdico com o texto, ampliam a possibilidade de internalização da linguagem escrita.

Além disso, Marques Junior e Hostins (2025) reforçam que trabalhar textos literários com esse público exige sensibilidade didática, uma vez que é necessário equilibrar os limites cognitivos com as capacidades expressivas dos alunos. A valorização de aspectos afetivos e imaginativos

constitui elemento central da mediação literária inclusiva, pois permite que o sujeito participe do processo não apenas como receptor, mas como produtor e reproduzidor de sentidos.

A relevância da literatura culturalmente responsiva também é enfatizada por Hidayatullah e Mujahiddin (2025), que advogam pelo uso de textos que reflitam a diversidade de experiências e valores dos estudantes. Tal escolha contribui para a construção de pertencimento e identidade, especialmente entre os alunos com deficiência intelectual, muitas vezes invisibilizados nos materiais didáticos convencionais.

A esse respeito, é possível citar como exemplo prático a atividade realizada com uma turma do segundo ano do ensino fundamental, em que alunos com deficiência intelectual participaram de uma leitura coletiva do livro “O Monstro das Cores”. A professora utilizou bonecos para representar os personagens, imagens ampliadas e um painel com expressões faciais, permitindo que os estudantes relacionassem emoções às cores narradas. Ao final da atividade, cada aluno confeccionou um “monstro” com massinha de modelar, escolhendo cores que expressassem como se sentiam. A mediação permitiu não apenas o acesso ao texto, mas a expressão de sentimentos e o reconhecimento de estados emocionais, aspectos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social.

Contudo, para que experiências como essa se consolidem, é necessário um compromisso institucional com a formação docente contínua e com a disponibilização de materiais acessíveis. Moraes *et al.* (2025) enfatizam que, embora existam limitações estruturais, professores empenhados conseguem adaptar materiais e mobilizar recursos concretos — como jogos, materiais em E.V.A., garrafas de tamanhos variados e brinquedos simbólicos — para enriquecer as experiências pedagógicas.

Paralelamente, Marques Junior e Hostins (2025) destacam que o uso de narrativas adaptadas e atividades de reconto potencializa o engajamento e a expressão dos estudantes, permitindo que construam significados a partir de suas próprias vivências. Essa perspectiva atribui à mediação literária uma dimensão emancipadora, ao reconhecer o aluno como sujeito ativo no processo de produção de conhecimento.

Além disso, Santos (2025) reforça que o uso de textos com frases curtas, vocabulário acessível e imagens de apoio favorece a participação dos alunos com deficiência intelectual, como os que têm Síndrome de Down, possibilitando sua inclusão nas atividades de leitura e escrita. Tal prática requer planejamento pedagógico específico, pautado em princípios da acessibilidade comunicacional.

A prática mediadora, portanto, não se limita à aplicação de recursos adaptados, mas requer intencionalidade didática orientada à construção de sentidos. Como argumenta Moraes *et al.* (2025), a mediação entre professor e aluno em situações de aprendizagem permite que estudantes com deficiência intelectual generalizem conhecimentos e os apliquem em novas situações, o que reforça a dimensão formativa da literatura enquanto experiência cultural.

Ademais, a mediação literária não pode ser desvinculada do contexto escolar concreto. Marques Junior e Hostins (2025) alertam que os poucos estudos sobre o tema indicam lacunas tanto no uso pedagógico da literatura quanto na formação docente. Isso evidencia a urgência de ampliar os investimentos em pesquisa, formação e produção de materiais acessíveis, assegurando a todos os alunos o direito à participação simbólica e linguística.

Assim, torna-se evidente que a literatura, enquanto artefato cultural e pedagógico, possui elevado potencial inclusivo. Entretanto, para que esse potencial se concretize, é necessário que os professores atuem como mediadores intencionais, com sensibilidade didática e respaldo institucional. Isso implica formação adequada, acesso a materiais adaptados e condições estruturais que favoreçam práticas pedagógicas inclusivas.

Por fim, a articulação entre mediação pedagógica e educação literária representa uma via estratégica para o fortalecimento da inclusão escolar, pois promove a interação entre linguagem, cultura e subjetividade. Trata-se de um caminho que exige compromisso ético com a diversidade, competência técnica e, sobretudo, reconhecimento da literatura como direito cultural de todos os estudantes.

Resultados e análise de dados

Os resultados obtidos a partir da análise dos estudos selecionados evidenciam que a formação docente constitui fator determinante para a efetividade da mediação pedagógica junto a alunos com deficiência intelectual. Observou-se que professores que participaram de processos formativos contínuos demonstraram maior segurança na implementação de estratégias inclusivas, como a adaptação de materiais didáticos, o uso de recursos de comunicação alternativa e a mobilização de práticas pedagógicas centradas na escuta ativa dos estudantes. Tais achados corroboram o entendimento de que a mediação não pode ser reduzida a um conjunto técnico de procedimentos, mas exige fundamentação teórica sólida e sensibilidade prática.

Em consonância com a literatura especializada, constata-se que a mediação pedagógica bem-sucedida depende de um trabalho colaborativo entre docentes da educação regular e da educação especial, bem como da articulação com outros profissionais da equipe escolar. A interdependência entre os saberes e funções institucionais indica que a inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva do professor regente. Diversos estudos analisados sustentam que, quando há diálogo entre os diferentes atores pedagógicos, amplia-se a capacidade de resposta às necessidades educacionais específicas dos alunos, promovendo ambientes escolares mais responsivos e equitativos.

No que se refere ao uso da literatura como ferramenta de mediação, os dados demonstram que sua aplicação, quando intencionalmente planejada, favorece a participação de alunos com deficiência intelectual em práticas de leitura e escrita. A utilização de textos adaptados, narrativas culturalmente responsivas e atividades lúdicas como reconto, dramatização e construção de personagens revelam-se eficazes na promoção da expressão simbólica e no desenvolvimento de habilidades cognitivas. Esses resultados dialogam com pesquisas que destacam a importância da linguagem como mediadora da aprendizagem e da inclusão social.

Entretanto, os estudos revisados também apontam limitações significativas. Uma das principais refere-se à escassez de formação inicial que contemple, de forma crítica e aplicada, os princípios da educação inclusiva. Muitos cursos de licenciatura abordam a temática da deficiência apenas em caráter introdutório ou normativo, desarticulado da prática pedagógica cotidiana. Essa lacuna compromete a capacidade do futuro docente de atuar com eficácia em contextos diversos, resultando, muitas vezes, na reprodução de modelos excludentes. Além disso,

constatou-se que, mesmo em contextos de formação continuada, há carência de programas estruturados que integrem teoria, prática e acompanhamento reflexivo.

Outro aspecto limitante refere-se às condições institucionais das escolas, especialmente no que tange à sobrecarga de trabalho dos professores, ao número elevado de alunos por turma e à falta de recursos acessíveis. Tais fatores dificultam a implementação sistemática das estratégias de mediação, restringindo sua efetividade a ações pontuais ou iniciativas individuais. A literatura aponta que, na ausência de apoio técnico e político por parte das gestões escolares e das secretarias de educação, as práticas inclusivas tendem a perder consistência e continuidade.

Em alguns casos, foram observados resultados inesperados, como a resistência de certos docentes à implementação de propostas inclusivas, mesmo quando acompanhadas de formação. Esses dados sugerem que a formação, ainda que necessária, não é suficiente para garantir mudança de postura. Estudos analisados apontam que crenças pessoais, experiências anteriores e cultura institucional exercem influência significativa sobre a prática pedagógica. Tais elementos indicam a importância de abordagens formativas que envolvam a dimensão ética e reflexiva do trabalho docente, superando a lógica meramente instrumental.

Diante dos achados e de suas limitações, torna-se pertinente sugerir o aprofundamento de estudos empíricos que articulem observações em sala de aula com entrevistas e análise documental, visando compreender de modo mais abrangente os processos de mediação pedagógica em contextos inclusivos. Além disso, recomenda-se a realização de pesquisas que investiguem a formação de professores sob a perspectiva do desenho universal para a aprendizagem, com foco na construção de currículos acessíveis e responsivos à diversidade.

Por fim, destaca-se a relevância de investigações futuras voltadas à análise do impacto da mediação pedagógica por meio da literatura na formação de identidades e no desenvolvimento da linguagem de alunos com deficiência intelectual. A intersecção entre práticas literárias, mediação docente e processos inclusivos constitui campo promissor para a produção de conhecimento que alicerce políticas públicas e inovações pedagógicas mais justas e eficazes.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu compreender, com base em referencial teórico e análise qualitativa de produções acadêmicas recentes, como a formação docente, a mediação pedagógica no cotidiano escolar e o uso da literatura contribuem para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. As questões apresentadas na introdução, que problematizam a atuação do professor como mediador em contextos de diversidade e a efetividade das estratégias inclusivas, foram devidamente exploradas por meio da articulação entre os três eixos temáticos definidos na metodologia.

Ao longo da análise, constatou-se que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados. O primeiro objetivo, que consistia em discutir a relação entre a formação docente e a qualidade da mediação pedagógica inclusiva, evidenciou a importância da formação inicial e continuada como elemento estruturante da prática docente. O segundo objetivo, voltado à identificação de estratégias e desafios da mediação no cotidiano escolar, revelou a centralidade da colaboração interprofissional, da adaptação curricular e da gestão de recursos acessíveis como componentes fundamentais da mediação. Por fim, o terceiro objetivo, que tratava da educação

literária como oportunidade de inclusão, permitiu demonstrar como a literatura pode ser um instrumento eficaz na construção da linguagem, da expressão simbólica e da participação dos alunos com deficiência intelectual.

As principais conclusões apontam que a mediação pedagógica, para além de uma técnica didática, configura-se como prática ética, contextual e relacional, exigindo do professor uma postura reflexiva, colaborativa e sensível às singularidades dos estudantes. Além disso, verificou-se que a literatura, quando mediada de forma planejada e acessível, atua como ferramenta integradora entre cognição, afetividade e cultura, promovendo experiências escolares mais significativas e inclusivas.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta limitações, especialmente no que diz respeito à ausência de dados empíricos observacionais, que poderiam aprofundar a compreensão das práticas mediadoras em situações concretas de sala de aula. Ademais, constatou-se uma escassez de produções que articulem de forma mais sistemática os eixos da mediação pedagógica, da literatura e da deficiência intelectual, o que aponta para um campo de investigação ainda em consolidação.

Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras invistam na análise empírica das práticas mediadoras, considerando variáveis como formação docente, políticas institucionais, cultura escolar e experiências dos próprios alunos com deficiência. Propõe-se também o desenvolvimento de estudos que explorem metodologias participativas e colaborativas no planejamento e na avaliação de ações inclusivas, ampliando o repertório de estratégias pedagógicas sustentadas teoricamente. Tais investigações poderão contribuir de maneira significativa para o aperfeiçoamento das práticas educacionais voltadas à promoção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Referências

- HIDAYATULLAH, S. P.; MUJAHIDDIN. O papel dos professores na melhoria da qualidade da educação para alunos com deficiência: uma revisão de literatura. **Revista Internacional de Ensino e Aprendizagem (INJOTEL)**, v. 3, n. 1, p. 180–187, 2025.
- MARQUES JUNIOR, O.; HOSTINS, R. C. L. A mediação pedagógica na educação inclusiva para alunos com deficiência intelectual: uma revisão qualitativa da literatura. **Prometeica – Revista de Filosofia y Ciencias**, La Plata, v. 32, e20228, 2025.
- MORAES, L. F. S. N. CORRÊA, M. L. B.; PALMA, A. L. G. L. PUPIM, T. S. P.; GOMES, R. D. C. O papel do professor na mediação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais. **Missioneira**, Santo Ângelo, v. 27, n. 2, p. 153–163, 2025.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2025.
- SANTANA, A. C. A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025.
- SANTOS, R. Mediação pedagógica e recursos inclusivos: possibilidades de alfabetização para alunos com Síndrome de Down. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 5, 2025.